

**GRUPO DE TRABALHO
PARA ANÁLISE DA PROBLEMÁTICA DOS
INCÊNDIOS FLORESTAIS**

**29 de janeiro de 2014
(2.^a audição)**

SUMÁRIO

O Sr. Coordenador do Grupo de Trabalho, Vice-Presidente Guilherme Silva, deu início à reunião eram 11 horas e 47 minutos.

Os Srs. Joaquim Arménio Miranda (Representante dos Baldios de Ansiães Marão), Márcio Alves e Armando Alves (Representantes dos Baldios de Merufe), e António Nogueira de Matos, António da Anunciação e Clarindo Jorge Marques (Representantes dos Baldios de Carvalhal da Mulher) responderam aos pedidos de esclarecimento formulados pelos Srs. Deputados Abel Baptista (CDS-PP), João Ramos (PCP), Pedro Lynce (PSD) e Miguel Freitas (PS).

O Sr. Coordenador encerrou a audição eram 13 horas e 7 minutos.

O Sr. Coordenador (Guilherme Silva): — Srs. Deputados, está reaberta a reunião.

Eram 11 horas e 47 minutos.

Começo por agradecer a presença de representantes de diversos baldios e a disponibilidade para se terem deslocado à Assembleia da República de modo a darem o seu contributo relativamente a este trabalho para o qual fomos incumbidos.

A Sr.^a Presidente da Assembleia da República tomou a iniciativa de constituir este Grupo de Trabalho para Análise da Problemática dos Incêndios Florestais, muito ditado pelo ano transato, dado ter sido um ano bastante grave em matéria de incêndios.

A incumbência deste Grupo de Trabalho visa, fundamentalmente, identificarmos a eventual necessidade de se tomarem iniciativas legislativas que possam facilitar e ajudar na prevenção e no combate aos incêndios florestais, bem como de encontrarmos medidas que possam ser objeto de recomendação ao Governo e à Administração em geral, no sentido de se virem a colmatar falhas, insuficiências ou deficiências neste âmbito, tão sensível e de interesse nacional como é esta questão dos incêndios.

Naturalmente que as pessoas ligadas à gestão dos baldios estão no terreno, conhecem melhor do que ninguém estes problemas e, por isso, surge o nosso pedido para virem dar o seu contributo e ajuda, de forma a que, articuladamente, encontremos as melhores soluções. Trata-se, pois, de uma questão de que a Assembleia da República não se podia alhear nem demitir.

Quanto à gestão dos tempos de intervenção, cada grupo parlamentar disporá de 5 minutos para colocar as questões e, posteriormente, os Srs. Representantes disporão de tempo de resposta.

Tem a palavra, em primeiro lugar, o Sr. Deputado Abel Baptista.

O Sr. Abel Baptista (CDS-PP): — Sr. Vice-Presidente da Assembleia da República e Coordenador deste Grupo de Trabalho, começo por saudar os Representantes dos Baldios de Ansiães Marão, o Sr. Joaquim Arménio Miranda, dos Baldios de Merufe, em Monção, na pessoa do Sr. Márcio Alves e dos Baldios de Carvalhal da Mulher, agradecendo a sua presença e as explicações que nos poderão dar.

Informo que não utilizarei os 5 minutos de que disponho. Colocaria apenas algumas questões muito breves, muito práticas, sobre a vivência e a atividade dos compartos e o uso e fruição do baldio na sua globalidade.

Em primeiro lugar, pergunto: a coexistência de várias atividades nos baldios é ou não um problema para a questão dos fogos florestais? Há dias, ouvi uma pessoa dizer que o nosso precursor da nacionalidade, o Viriato, curiosamente não era lenhador, era pastor. Portanto, pergunto: a questão da pastorícia e da floresta cria ou não alguns problemas àquilo que é a problemática dos incêndios florestais?

Outra questão que também é muito falada em relação aos baldios é a da inscrição, por parte do território baldio, para efeitos de candidaturas aos apoios à pastorícia. Estes apoios, na sua globalidade, ou na grande maioria da área baldia, são para o pastoreio e, depois, na área da gestão florestal, criam um problema de sobreposição da mesma área para atividades diferentes, financiadas por meios diferentes. Portanto, pergunto: isto é ou não um problema?

Também no âmbito da utilização e fruição dos baldios, coloca-se uma questão relacionada com algumas atividades existentes, nomeadamente com as indústrias extrativas dos granitos e de outros minerais.

Há uma outra questão que, evidentemente, tem sempre algum sentido de, não diria de conflito, mas pelo menos de dificuldade, que é a questão da cogestão: a cogestão com o Estado dos diferentes organismos dos baldios, seja a assembleia de compartes, seja o conselho diretivo, seja quando estão delegadas essas competências nas respetivas autarquias, nomeadamente nas juntas. Pergunto: a cogestão é ou não um problema que também cria alguns entraves?

Ainda há dias, alguém me dizia que os órgãos do baldio podem denunciar a cogestão. Os baldios denunciavam a cogestão e o Estado, durante muitos anos, vinha dizer: «Sim, senhor, a cogestão é denunciada hoje, aceitamos a denúncia, mas durante 20 anos não podem mexer em nada». Ora, este é um problema que não está na lei, mas os serviços foram mantendo esta atitude ao longo de muitos anos. Claramente que isto é um problema, porque o Estado deixa de estar ali para investir, deixar de estar ali para estar na cogestão, mas está ali, apesar de tudo, 20 anos, a pairar... Há aqui uma espécie de assombramento sobre a questão. Essa era, pois, outra questão que deixava.

Para terminar — o Sr. Vice-Presidente já o referiu —, refiro que um dos nossos objetivos não é fazer uma fiscalização dos últimos incêndios florestais, mas saber se, com base em todos os dados que temos dos incêndios florestais e de toda a problemática que acompanha a questão da floresta, é necessária alguma medida legislativa, se há medidas legislativas que existem e que estão desadequadas e devam ser revistas ou se, no âmbito das competências da Assembleia da República, é necessário fazer-

se algumas recomendações em matéria legislativa e, é claro, em matéria operacional, ou seja, se a legislação deve ou não ser alterada.

Gostaria, pois, de colocar-vos a seguinte questão: consideram que a legislação relativa aos baldios deverá ser ou não alterada? Peço a vossa opinião sobretudo porque conhecem muito bem a realidade do terreno, o que funciona e o que não funciona e quais são as dificuldades da aplicação da legislação geral numa situação que, evidentemente, tem muito de uso e costume. Aliás, a fruição e o uso dos baldios tem muito a ver com a questão da rentabilidade de espaço comunitário que é, bem como com a forma como sempre foi utilizado ao longo de décadas.

O Sr. Coordenador: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Ramos.

O Sr. João Ramos (PCP): — Sr. Vice-Presidente, em nome do Grupo Parlamentar do PCP, começo por cumprimentar os nossos convidados, que tiveram a amabilidade de aceitarem estar aqui presentes de modo a discutirmos esta problemática dos Baldios de Ansiães, Merufe e Carvalhal da Mulher.

Gostava de colocar um conjunto de questões mais ou menos genéricas. A primeira prende-se com o seguinte: ouvimos recorrentemente — ainda este verão ouvimos — que os incêndios florestais têm a ver com as alterações climáticas, com mão criminosa, com os pirómanos, mas nunca ou pouco se fala nas políticas florestais.

Na minha perspetiva, era importante perceber até que ponto é que as políticas florestais, definidas pelo Estado, se prendem ou não com esta problemática dos incêndios, como é que ultrapassamos e evitamos este drama por que temos passado todos os anos.

Também devemos cruzar isto com a questão do êxodo rural, com o abandono do mundo rural. Por isso, pergunto: até que ponto, na vossa perspetiva, é que isto tem ou não a ver com os incêndios florestais? Como podem imaginar, já ouvimos sobre isso vários especialistas, que nos falam muitas vezes de as áreas agrícolas, pelo facto de não haver pessoas, deixarem de existir como contenção dos incêndios florestais.

Outra questão prende-se com a presença de alguns corpos do Estado na floresta e junto dos baldios. O PCP coloca sempre, por exemplo, a questão da presença dos guardas florestais. Quando visitámos a Serra do Caramulo diziam-nos que, quando havia guardas florestais, eles conheciam o território, portanto, havia um conhecimento que deixou de existir. As funções dos guardas florestais passaram para a GNR, mas aquilo que era uma filosofia de funcionamento e um conjunto de conhecimentos do território que estavam acumulados deixaram de existir. Para além de o ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas) nos ter dito aqui que era impensável a estrutura responsável pela política florestal não ter uma mão nem ter uma estrutura de intervenção no terreno.

Ainda outra questão relacionada com a política florestal tem que ver com a gestão florestal, cruzando com isto, por exemplo, a questão do comércio e do preço da madeira. O comércio da madeira em Portugal é, praticamente, um duopólio, pois são muito poucas as empresas que comercializam madeira. Ouvimos dizer na Comissão Parlamentar de Agricultura, que, por exemplo, o produtor, muitas vezes, vendia o eucalipto pelo dobro do preço praticado em Espanha. Por isso, pergunto: como é que esta questão do preço da madeira pode servir para estimular ou não uma melhor gestão florestal e, a partir daí, reduzir os incêndios?

Outra questão que gostava de colocar tem a ver com o combate aos incêndios. Como é que avaliam os mecanismos de combate? Há um

conjunto de estruturas no terreno — até vemos nas reportagens televisivas! —, como a GNR, o corpo especial de bombeiros, os bombeiros voluntários, os sapadores florestais, e há as várias equipas das diversas estruturas. Por isso, gostava de saber se, na vossa perspetiva, isto casa tudo bem, ou seja, se esta é a forma mais adequada de atuar.

Por fim, refiro que o PCP tem uma preocupação em relação à qual gostaria de ouvir a vossa opinião. Está em cima da mesa uma alteração à lei dos baldios. Ora, sabemos do apetite sempre muito grande em relação aos baldios por parte de alguns setores. Aliás, já vimos a inclusão dos baldios na bolsa de terras como uma primeira tentativa disso. Os contratos da bolsa de terras falam, claramente, em venda e alienação das propriedades que estão colocadas na bolsa de terras, quando isso não é permitido para os baldios. Se isso é ou não um indicador... Ora, cruzamos todas estas questões também com a intenção manifestada pelas celulosas de obterem mais matéria-prima porque têm de importar matéria-prima para a sua laboração e vemos isto com alguma preocupação.

Gostava, pois, de saber qual é a vossa perspetiva, uma vez que se está a caminhar, eventualmente, para a destruição de estruturas organizativas e de gestão do território, como os baldios, bem como de acesso das populações. Portanto, pergunto que implicações é que isto pode ter nestas matérias que estamos aqui a discutir.

O Sr. Coordenador: — Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Pedro Lynce, do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. Pedro Lynce (PSD): — Sr. Coordenador, começo por cumprimentar e agradecer aos representantes dos três baldios que nos

visitam. Estou certo de que as vossas ideias vão ser muito úteis para cumprir o nosso objetivo.

Aliás, o Sr. Coordenador já disse qual é o nosso objetivo, ou seja, não é estar aqui a crucificar quem quer que seja mas, simplesmente, a pedir a vossa colaboração no sentido de podermos evitar esta tragédia, que são os fogos florestais que todos os anos recomeçam, infelizmente, alguns deles com consequências terríveis que não são depois recuperáveis.

De qualquer maneira, os meus dois colegas que já falaram antes, praticamente, abrangeram a matéria toda, por isso, é difícil, mas há algumas perguntas que gostava de vos colocar de uma forma não digo agressiva mas para me elucidar totalmente sobre estes problemas.

Não há dúvida de que temos aqui, fundamentalmente, o aspeto preventivo e o aspeto do combate ao fogo. Uma das perguntas que quero colocar, muito concreta, é, sob o ponto de vista preventivo, qual a colaboração que tem sido dada pelos baldios, quais as vossas experiências, que acho que são muito importantes, nomeadamente nas faixas que tanto se fazem, e qual a vossa colaboração, depois, em relação ao combate. Há aqui um ação preventiva e, posteriormente, qual tem sido a vossa colaboração em relação aos combates?

Na primeira pergunta que vos fiz, em termos preventivos, gostava também que falassem sobre o papel do ICNF em relação aos baldios, nomeadamente sobre os apoios do Estado, etc.

De qualquer maneira, há aqui dois problemas que gostava de ver devidamente esclarecidos. Toda a gente sabe que os sistemas de agricultura evoluíram e que os matos, que outrora tinham um determinado valor, nomeadamente para as camas dos animais, etc., estão perfeitamente ultrapassados. Uma das perguntas que gostava de vos colocar, concretamente, é qual poderá ser o papel do gado nesse aspeto preventivo?

Acho que é muito importante e gostava de vos ouvir sobre qual será, em termos de prevenção, o papel que poderá ter o gado. Tudo isto poder-se-á também alargar a outras situações, como, por exemplo, o papel do gado na serra da Estrela, o papel do gado no controlo do fogo, etc. Por isso, a pergunta refere-se concretamente a essa situação.

Outra situação sobre a qual gostava de vos questionar era a seguinte: há pouco estiveram aqui os representantes das ZIF e houve alguém que disse com toda a franqueza: «Há, aqui, determinadas causas que são anteriores aos fogos». Uma delas, de que se falou concretamente, é o problema da sustentabilidade. Gostava que os senhores me falassem sobre o que acham, neste momento, da sustentabilidade da gestão dos baldios.

Os representantes também falaram do problema do envelhecimento das pessoas como sendo uma das causas principais, pois as que lá existem, provavelmente, já não estão em condições de trabalhar e há uma muitas pessoas que partiram. Houve o chamado êxodo rural, que toda a gente sente, e o abandono das terras e o fogo são, depois, os resultados finais. Assim, até que ponto é que eventualmente os baldios têm sido, de facto, um exemplo de combate a este êxodo, em último caso, de combate aos próprios incêndios?

Sr. Coordenador, parece-me sinceramente que todas as outras perguntas já foram colocadas pelos meus colegas. Não tenho quaisquer dúvidas em subscrevê-las e era isto que gostava de ver, mais objetivamente, respondido.

O Sr. Coordenador: — Dou a palavra ao Sr. Deputado Miguel Freitas, do Grupo Parlamentar do PS.

O Sr. Miguel Freitas (PS): — Sr. Coordenador, gostaria também de cumprimentar os nossos convidados. É um prazer, mais uma vez, rever alguns, com quem tivemos a oportunidade de estar na visita que fizemos aos baldios.

Numa primeira questão e até para nos elucidarem, gostávamos de saber, exatamente, qual o tipo de baldios, ou seja, se têm gestão direta ou cogestão e quais são os parceiros preferenciais que trabalham com os compartes em cada um dos três baldios. Para nos identificarmos, do ponto de vista das intervenções, era interessante sabermos a tipologia de baldios que temos nesta reunião.

É evidente que, como disse o Deputado Abel Baptista, o nosso grande objetivo é perceber se há ou não margem para alguma alteração legislativa que possa contribuir para que os baldios tenham uma intervenção mais eficaz do ponto de vista da prevenção dos fogos florestais.

Em segundo lugar, gostaria de saber, também, se nos vossos territórios existe ou não cadastro florestal. Naqueles em que não existe, quais são as dificuldades que isso coloca, porque este é um dos problemas centrais que identificámos. Não sei se a vossa experiência é em zonas com ou sem cadastro.

Em terceiro lugar, do ponto de vista da prevenção florestal, queríamos saber quais são as dificuldades que existem de aplicação dos planos de utilização dos baldios. Ou seja, a legislação obriga a que os baldios tenham planos de utilização, o que queremos saber é se esses planos existem — naturalmente, julgo que sim — e quais são as dificuldades da sua implementação, do ponto de vista da prevenção florestal.

Quarta nota: temos um dispositivo de combate conhecido, não temos um dispositivo de prevenção, isto é, não conhecemos, efetivamente, tudo o que é feito em matéria de prevenção e qual é o corpo de agentes que atua, do ponto de vista da prevenção. Assim, eu gostaria de saber se consideram ou não que seria interessante, todos os anos no início da época — tal como existe para a área do combate —, termos uma diretiva nacional que nos desse a ideia de qual é o dispositivo, como é que este atua e quais são as metas que o dispositivo de prevenção florestal tem. Gostaria de saber se entendem que isso é importante ou não e qual é o papel do ICNF nisso, isto é, na vossa opinião, qual é o papel que o ICNF tem?

Alguns dos baldios têm sapadores florestais. Não sei se é também o vosso caso, mas, se é, gostávamos de saber o que é pensam da evolução das brigadas de sapadores florestais, se estão satisfeitos com o seu modelo ou consideram que deve haver alguma alteração do ponto de vista da legislação e do apoio aos baldios, em matéria de sapadores florestais, e se acham que os vossos sapadores florestais estão equipados, por um lado, e formados, por outro.

Quando falamos de formação e de equipamento olhamos sempre para os bombeiros. Estes têm, de facto, uma atenção muito especial por parte do País relativamente a essas duas matérias. Por isso, gostávamos de saber o que pensam dessas questões relativamente aos sapadores florestais.

Em relação às competências que os baldios podem ter na elaboração da rede primária das faixas de gestão de combustível, qual é a experiência que têm nos vossos baldios? Que dificuldades sentem na concretização dessas redes primárias, já que estas são as redes estruturantes em matéria de prevenção dos fogos florestais?

Curiosamente, a questão do uso do fogo não surgiu até aqui e, por isso, coloco-a. Consideram que o uso do fogo, controlado evidentemente, é

uma ferramenta importante e quais são, do vosso ponto de vista, as limitações que, neste momento, existem nessa matéria?

Finalmente, também não surgiu, curiosamente, a questão da sensibilização. G gostaria de saber se sentem que há um défice de sensibilização e como é que os baldios podem contribuir para uma maior sensibilização, particularmente, daqueles que visitam zonas que não conhecem e também das pessoas que fazem as suas atividades nos baldios.

O Sr. Coordenador: — Dou, agora, a palavra aos Srs. Representantes dos Baldios. Agradecia que se identificassem para efeitos de gravação e referenciassem o baldio que representam.

Pausa.

O Sr. Joaquim Arménio Miranda (Representante dos Baldios de Ansiães Marão): — Sr. Coordenador, queríamos agradecer o convite que nos fizeram porque entendemos que, realmente, quer a gestão quer o problema dos fogos florestais são assuntos que nos devem preocupar a todos e, por isso, o nosso contributo poderá também ser útil para se encontrarem soluções para estes problemas.

Estou aqui como Representante do Baldio de Ansiães, Amarante, serra do Marão, zona que alguns Srs. Deputados já conhecem porque estiveram lá há dois anos, salvo erro, em setembro, no âmbito da visita que fizeram para conhecer um pouco melhor a realidade no terreno.

Por isso, aqui estamos também para dar o nosso contributo, que, se calhar, não será por aí adiante, mas alguma coisa de útil sairá desta nossa intervenção.

O Sr. Coordenador: — Portanto, é o Sr. Presidente Joaquim Arménio Miranda.

O Sr. Joaquim Arménio Miranda: — Joaquim Arménio Cerqueira de Miranda, do Baldio de Ansiães, Amarante.

O Sr. Coordenador: — Muito obrigado. Faça favor.

O Sr. Joaquim Arménio Miranda: — Até tenho aqui umas brochurinhas, que, se calhar, alguns já conhecerão. Não chegam para todos mas, se calhar, uma para cada grupo parlamentar...

O Sr. Coordenador: — Depois os serviços de apoio ao Grupo de Trabalho distribuirão. Muito obrigado pela sua atenção.

O Sr. Joaquim Arménio Miranda: — É um pequeno resumo sobre o Baldio, que alguns já terão porque distribuímos, na altura, a cada um.

O Baldio de Ansiães tem cerca de 2500 ha e está num regime de cogestão desde o início, ou seja, desde a devolução dos baldios às comunidades locais, porque, na altura, foi a ideia que nos pareceu ser a melhor solução. Isto porque as comunidades locais estiveram tanto tempo afastadas da gestão dos baldios que, de um momento para o outro, a maior parte delas não estava preparada para assumir a sua gestão por inteiro.

Ao mesmo tempo, os serviços florestais, ou seja, o Estado, continuava com as estruturas no terreno a funcionar. Por isso, entendemos — e, a meu ver, bem — que seria do interesse de todos que o Estado continuasse a assumir a sua parte na gestão, até porque nós não tínhamos, realmente, ferramentas.

O Estado tinha as brigadas florestais, que eram aqueles trabalhadores que faziam a manutenção ao longo do ano e, depois, na época dos incêndios, eram os primeiros a avançar porque conheciam o terreno, tinham materiais, viaturas, etc., e tinham também os guardas florestais. Quanto a nós, foi um erro grave os guardas florestais terem saído da serra, porque deixou de haver, digamos assim, autoridade, por isso, a partir dessa altura qualquer pessoa pôde entrar nos baldios. Não temos autoridade sequer para intervir, portanto, quando alguém entra não podemos estar a identificar essa pessoa; não temos, pura e simplesmente, essa possibilidade.

Esta estrutura funcionou durante algum tempo, até, mais ou menos, à década de 80 ou 90, e, depois, começou a ser desmantelada, pura e simplesmente. As brigadas de trabalhadores florestais desapareceram e os guardas florestais saíram. A partir dessa altura, a maior parte dos baldios ficou quase num estado de abandono, situação que ainda hoje se mantém.

Aqueles que tinham possibilidade, a partir do ano 1999, 2000, candidataram-se a equipas de sapadores, que é o nosso caso. Temos uma equipa de sapadores a funcionar, desde o ano 2000 até agora — já iremos aos problemas que nos têm aparecido pelo caminho —, e entendemos que esta é uma ferramenta mais que útil, em parte devido à saída da estrutura que o Estado tinha.

O mal é que nem todos os baldios se podem candidatar, porque não têm recursos nem dimensão. Portanto, há baldios pequenos, há baldios... Como disse, o nosso tem 2500 ha, é um baldio razoável, já é uma propriedade razoável em termos de região norte e tem alguns recursos, mas há muitos baldios com algumas centenas de hectares, sem recursos e que, por isso, não têm hipótese de se candidatar a equipas de sapadores e muitos deles estão numa situação não muito agradável.

Já que estamos a falar de sapadores, para nós é uma ferramenta mais que útil, é a única solução que encontramos para que os baldios não estejam ao abandono. As dificuldades na sua gestão, no seu equipamento vão desde as viaturas que não são substituídas... Temos uma há 14 anos que não foi substituída. O prazo de validade das viaturas é de 5 anos, suponho, e uma *pick-up*, que são as viaturas que temos, com cinco homens, com 400 l de água, no verão é um esforço tremendo e que arruína as viaturas. Estamos neste momento a ter bastante despesa com a manutenção de viaturas. Já perguntámos, ninguém diz como é que podem ser substituídas ou como pode ser solucionado este caso.

No outro equipamento também nada é substituído. Portanto, se alguma coisa se avaria somos nós, à nossa conta, que vamos assumindo enquanto pudermos.

Quero salientar o seguinte: pode haver a ideia de que quem sustenta ou que a nossa participação na sustentação da equipa de sapadores seria fácil porque temos uma área grande, mas não é e por uma razão: não temos receitas de madeira. Estamos a sustentar a equipa dos sapadores com outras receitas — neste caso, a maior parte é com as verbas da energia eólica. Mas se há um desinvestimento na política de energia eólica, como parece ser o caso, provavelmente, não só a nossa mas outras equipas de sapadores poderão desaparecer.

Nos nossos casos, e em muitos outros baldios, a madeira ardeu. Tivemos um incêndio em 1985 que queimou praticamente todo o nosso baldio, foram 3000 ha, e, neste momento, a madeira que temos é nova, tem vinte e poucos anos, não é rentável. Nos incêndios que temos tido ultimamente nem sequer há procura dessa madeira, porque é demasiado delgada e não é rentável, os madeireiros não a têm procurado, exceto ultimamente em que já está a haver alguma procura.

Portanto, gostaria de salientar que a sustentação das equipas de sapadores pode estar em risco se deixarmos de ter acesso a outras receitas que não a da venda de madeira. A título de exemplo, refiro o que aconteceu connosco nos últimos 10 anos, na primeira década do século XXI: tivemos cerca de 37 000 € 38 000 € de receita de venda de madeira em 10 anos. Ora, só com a equipa de sapadores gastámos isso num ano!

Portanto, vejam que não é fácil sustentar uma equipa de sapadores com a receita da madeira. Era impossível. Pura e simplesmente impossível.

Começaria rapidamente, senão o tempo esgota-se, a responder a algumas das questões que os Srs. Deputados fizeram o favor de nos colocar.

Começo pela pastorícia e pela floresta. A pastorícia pode ser útil e é necessária desde que haja consenso e acordo e desde que seja ordenada, isto é, desde que não haja um pastoreio desordenado, como acontece em vários casos. Temos pelo menos um caso em que os pastores largam o rebanho no monte e abandonam-no. Portanto, pura e simplesmente, o rebanho anda todo o dia, vai para onde lhe apetece. As ovelhas e as cabras não têm passaporte, portanto, andam à vontade. Inclusivamente, aparecem às vezes no IP4, já foram atropeladas, podem criar acidentes e, portanto, não temos hipótese de controlar isso.

O Sr. Coordenador: — Não têm «portagens»...

Risos gerais.

O Sr. Joaquim Arménio Miranda: — Depois, o grande problema é que nos vão comer plantações novas que fazemos. Portanto, temos

dificuldade em fazer novas plantações, porque falta o guarda-florestal que vai atuar e que resolveria este problema.

Uma das ferramentas que podíamos ter era a penalização nos subsídios, porque a maior parte dos agricultores que têm rebanhos tem-nos por causa dos subsídios que vão buscar e que não são assim tão pouco... Damos-lhes autorização, mas depois perdemos o controlo dessa situação. É porque até há pouco tempo, anualmente, tínhamos de validar os subsídios, mas agora isso acabou. Portanto, pura e simplesmente, a validação é automática, não temos intervenção nisso, o que nos cria algumas dificuldades.

De qualquer modo, há outros pastores, que, em acordo connosco, pastoreiam no local que lhes é indicado e, portanto, nestes casos, as coisas funcionam devidamente.

O problema é realmente quando encontramos gente que não respeita e julga que o baldio é só para eles. Não pode ser, todos têm de viver e tem de haver respeito pela atividade do parceiro que está ao lado.

Já falei da cogestão no início. Portanto, julgo que de início era útil porque o Estado, os serviços estavam no terreno, conheciam, tinham estruturas e, por isso, no nosso caso (noutros casos será diferente), os dirigentes da altura assumiram que seria útil, que seria melhor o baldio ser gerido em cogestão. Neste momento temos dúvidas e já dissemos aos responsáveis dos serviços florestais que provavelmente um destes dias iremos pedir autogestão, porque o Estado ou os serviços florestais limitam-se, na grande maioria dos casos (não quero dizer que não haja um ou outro caso em que façam alguma coisa), a vender madeira. Isso também nós somos capazes de fazer. O problema maior é fazê-la crescer e pô-la pronta para ser vendida.

No que respeita à alteração da legislação, julgo que não é preciso fazer grandes alterações. É preciso cumprir a lei. Suponho que a lei de 1993 não precisa de grandes alterações.

A única situação que vejo na gestão os baldios é a de que realmente os baldios têm de ser geridos, os órgãos responsáveis devem ser obrigados a fazer a gestão.

Como já disse há pouco, há baldios que não têm dimensão, que não têm recursos e, infelizmente, muitos não têm nem recursos materiais nem humanos.

Portanto, o grande problema neste momento poderá ser o dos recursos humanos por causa do êxodo rural e do abandono das nossas aldeias. Esse pode ser um problema. Para isso, se calhar, vai ser preciso encontrar solução e, na minha maneira de ver, passará pelo associativismo, pelo associar de baldios próximos que não têm dimensão e que, em conjunto, até se poderão candidatar a equipas de sapadores ou por aí adiante.

A gestão tem de ser feita porque os baldios não podem estar ao abandono Mas entendo que não se deve obrigar ninguém a aceitar determinada maneira de gerir. Cada um dos compartes, digamos assim, é autónomo para decidir a maneira como devem gerir. Se há alguns que o possam fazer livremente, portanto, autonomamente, sem associação com ninguém, acho que o poderão fazer, só que deve é ser-lhes exigido que o façam como deve ser e deve ser obrigatório prestar contas. Não somos contra isso porque as coisas têm de funcionar devidamente.

Passaria à questão das políticas florestais e à sua incidência nos incêndios florestais. Quanto às políticas florestais, aquilo que me parece ser de salientar é que é preciso fazer prevenção. A prevenção é importante e também é importante o combate. A prevenção só se pode fazer com gente.

Quem tiver gente pode fazer a prevenção, quem não tiver, é difícil fazê-la. Mas, para mim, um dos problemas com que nos estamos a deparar não é só o da prevenção, mas o do combate. O combate neste momento deixa-nos sérias dúvidas de que possamos ter, a breve prazo, uma floresta viável. Estamos a notar que os incêndios atingem certa dimensão e, uma vez que provavelmente haverá muitos incêndios ao mesmo tempo, não há gente no terreno, não há meios humanos nem aéreos.

Tivemos, recentemente, em setembro, um incêndio que nos queimou cerca de 700 ha, não só no baldio de que sou responsável, mas noutros hectares de povoamentos novos, com vinte e poucos anos, em que durante uma tarde inteira não houve um único elemento dos bombeiros no terreno, nem um meio aéreo, exceto dois aviões que lá apareceram a fazer meia dúzia de descargas, mas foi quase a mesma coisa que não fazerem nada.

Admiro-me como é que durante um dia inteiro não houve um helicóptero, com os pontos de água que temos disponíveis. Inclusivamente o incêndio passou pelos pontos de água e foi à sua vida, sem ninguém a controlá-lo.

Portanto, acho que neste momento é de rever este aspeto, principalmente porque neste caso um só helicóptero era capaz de resolver a situação. Não houve um helicóptero disponível durante um dia inteiro, nem houve, desde a 1 da tarde até às 8 da noite, um bombeiro disponível para combater esse incêndio. O incêndio lavrou, pura e simplesmente, à vontade em área de pinhal denso.

Quanto ao êxodo rural e às implicações na floresta, já falei do êxodo rural e não vale a pena estar a repetir, mas é evidente que o êxodo rural tem influência na acumulação de mato, no desaparecimento da pastorícia e na falta de meios humanos, mesmo para a gestão do baldio, como já disse há pouco. Isto realmente é complicado em certas situações.

Depois falava-se do nemátodo do pinheiro bravo, que é uma praga..., é uma das doenças da floresta com que nos deparamos. Neste momento, penso que ainda não temos nemátodo nos povoamentos do Marão. Haverá zonas em que ele já está declarado, mas, no nosso caso, felizmente, ainda não se declarou.

Quanto à alteração da gestão, penso que já respondi, já se falou sobre isto: deve permitir-se o associativismo naqueles casos que as pessoas entendam ser útil para o baldio.

Quando ao papel do ICNF, como já disse, é pouco. O ICNF não tem meios humanos, portanto, não pode fazer milagres. Ou se volta à política antiga..., mas, provavelmente, nunca mais lá iremos. Teremos de arranjar soluções para colmatar esta situação que foi criada com o abandono da estrutura que o Estado tinha. Neste momento julgo que a única solução são os sapadores florestais, mas naqueles casos em que as pessoas podem ter meios materiais para sustentar a sua parte de autopagamento.

Quanto à sustentabilidade na gestão dos baldios, há baldios que são autossustentáveis, outros não, como é evidente. Há baldios que não têm recursos e esses provavelmente estão ao abandono ou num estado de semi-abandono e a única solução seria o associativismo.

Já falámos sobre o êxodo rural. É evidente que tem muita influência nesta situação.

Quanto ao papel dos baldios na contenção do êxodo rural e na empregabilidade, no caso em que se criam equipas de sapadores, por exemplo, está a criar-se emprego local. No nosso caso, neste momento temos cerca de 15 pessoas a trabalhar em projetos florestais, sendo também emprego local e pode em parte contrariar o êxodo rural.

Sobre o tipo de gestão, neste momento, estamos, como já disse, na modalidade *b*, a da cogestão.

Quanto à alteração da legislação, penso que não.

Os planos de utilização dos baldios, alguns estão feitos, outros não. Alguns funcionam e estão a ser implementados. Mas, neste caso, não tenho muita informação sobre se já... Mas julgo que este era um trabalho que tinha de ser feito pelos serviços florestais, pelo Estado e não foi. Portanto, quem está a fazer este trabalho, quem está a implementar isto são as associações de baldios. Aquilo que está na legislação é que o Estado, os serviços é que tinham de fazer os planos de utilização.

Quanto ao dispositivo de prevenção, acho que já falámos sobre isto: no caso em que haja meios humanos, em que haja sapadores florestais, são os únicos que fazem a prevenção. Os bombeiros em certa medida às vezes também aparecem, a GNR também colabora. Temos tido por exemplo a GNTR na serra do Marão no verão a fazer patrulhas. Estão a utilizar uma das casas da guarda-florestal que está disponível e nos três meses de verão — julho, agosto e setembro — está lá uma equipa com vários elementos da GNR do Porto que patrulham a serra e temos tido bons resultados.

Sobre a evolução dos sapadores florestais, perguntava o Sr. Deputado, julgo que é uma política que tem de ser mantida e é pena que não tenha atingido os objetivos iniciais, porque, julgo, quando foram criados em 1999 o objetivo era para daí a cinco anos haver 500 equipas criadas e, neste momento, não sei se estarão metade no terreno, mas ainda falta muito passados quase 15 anos para haver as tais 500 equipas — aliás, julgo que, neste momento, é a única ferramenta que temos disponível para fazer prevenção, vigilância e o primeiro combate aos incêndios.

Portanto, esperamos que, no aspeto dos sapadores, a política não se altere e seja mesmo para incentivar e para implementar mais equipas com formação e com equipamento, que é o que não tem havido.

Como já disse, temos há cerca de 15 anos uma equipa em que quase

nada foi substituído, ou melhor, o que tem sido substituído é da nossa exclusiva responsabilidade e da nossa conta, desde o fardamento, ao equipamento dos sapadores, o calçado, a reparação de bombas, a reparação de viaturas... Uma viatura daquelas com 15 anos a andar na serra é muito complicado, neste momento, aguentar-se...!

Sobre as redes primárias acho que poderão ser úteis, já se falou aqui sobre isto, não tenho ainda conhecimento dos locais exatos onde vão ser implementadas, mas julgo que têm 150 metros, mais ou menos, mas duvido que em casos de incêndios, como os que têm havido, isto ajuda mas quando vejo incêndios a ultrapassarem autoestradas, a ultrapassar o IP4 e por aí adiante fico com alguma dúvida, mas é capaz de ter validade.

Sobre o fogo controlado acho que é uma ferramenta útil se feita por técnicos responsáveis, mas feito no inverno — aliás, temo-lo feito no Marão e com resultados que, podemos dizê-lo, são bons.

Não sei se já me alonguei demais mas, de qualquer modo, ainda posso responder a alguma pergunta que seja pertinente e que os Srs. Deputados queiram colocar.

O Sr. Coordenador: — Tem a palavra o Sr. Márcio Alves.

O Sr. Márcio Alves (Representante do Baldio de Merufe): — Sr. Presidente, sou Márcio Alves do Conselho Diretivo dos Baldios da Freguesia de Merufe. Já conheço alguns dos Srs. Deputados da visita que por lá fizeram.

A problemática dos incêndios florestais e da Lei dos Baldios é uma questão de base. Eu, ao contrário do que disse o meu colega, acho que a Lei dos Baldios está totalmente desatualizada, pois é uma lei de 1993 e nós estamos em 2013, os tempos passam, as coisas modernizam-se, hoje as

estruturas das florestas nada têm nada a ver com o que eram há 20 anos e, portanto, acho que tem de ser alteradas.

Na minha opinião, os baldios nem sequer faz sentido existirem! Os baldios deviam ser da gestão corrente da junta de freguesia, por exemplo, não tinha de ser uma gestão independente. Acho que ao haver duas associações a trabalhar na mesma freguesia o que acontece, muitas vezes, é que há conflito e ao haver conflito nem faz um nem faz o outro!

Mas é o que temos e eu na minha não tenho problemas com isso, graças a Deus, pois a gestão já é da junta de freguesia, é independente, tem a assembleia de compartes, como é óbvio.

Quanto à gestão, quero dizer que os nossos baldios têm 5000 ha — 4500 em cogestão e 500 em gestão direta dos baldios e posso dizer-lhe que dos 4500 ha dos baldios tiramos zero de proveito anualmente, ou praticamente isso, e nos 500 ha ainda conseguimos tirar proveitos anuais na venda de madeiras.

Como se sabe, os baldios — e isto não é um problema de agora já é de há muitos anos — foram completamente abandonados. Os baldios em cogestão faziam sentido quando havia equipas de 30 ou 40 pessoas a trabalhar neles, que plantavam, que vigiavam e, então, aí sim, o Estado tinha uma intervenção direta nos baldios e fazia sentido fazer essa cogestão.

Atualmente ou são os baldios que atuam nos terrenos em cogestão ou, então, é vê-los arder, que é o que tem acontecido. Na nossa freguesia os baldios são diretos da junta de freguesia, são limpos, tem-se conseguido limpar e nessa zona a taxa de incêndio florestal é praticamente nula.

Depois, temos o problema da pastorícia — e o meu colega falou nisso e, muito bem —, que é o seguinte: nós, a partir de um certo momento, deixamos de ter acesso aos hectares que são dados às pessoas para poderem

ter os seus subsídios, porque agora é diretamente nem passa por nós; bastou uma declaração feita há dois ou três anos em que automaticamente todos os anos é renovada. Nós chegámos a um ponto em que, mesmo que nem que queira passar, não pode, porque ela já foi passada há dois anos e automaticamente é renovável.

Na pastorícia, pelo menos na nossa zona, o que acontece é que o que interessa são os subsídios — isto é mesmo assim! O resto não interessa para nada! Os animais andam lá abandonados, alguns até a morrerem à fome, ninguém controla, ninguém fiscaliza, ninguém vê...! Enquanto a pastorícia não for ordenada, enquanto a pastorícia não for controlada, e bem controlada, nós vamos continuar a ter incêndios florestais e, digam o que disserem, podem meter os helicópteros e os aviões que quiserem, enquanto houver a pastorícia desgovernada há de haver sempre incêndios florestais.

Quanto à questão dos sapadores florestais estou como o meu colega: nós temos uma equipa de sapadores florestais de 2001. Eu fui um dos membros fundadores dela, também lá andei, sei o que é isso, sei o que é andar numa equipa de sapadores florestais, passei por lá e posso dizer que atualmente as equipas florestais, muitas delas, não são constituídas, como algumas pessoas as veem, por uns «pé rapados» ou por, digamos, umas pessoas que gostam de uns copos, como muitas vezes eram vistas, são constituídas por pessoas competentes, por pessoas com capacidade de estarem no terreno e à frente de uma operação de incêndio.

Tenho aqui à minha frente a nova proposta de ICNF, de novembro de 2013, sobre o sapador florestal e, por acaso, estive a ler, um bocado por alto, e chamou-me a atenção o seguinte: o sapador florestal é só para a primeira intervenção e para o rescaldo.

Ora, sinceramente, eu gostava de saber quais são as equipas que vão

estar no combate, porque, então, temos um problema que, para mim, é mais grave, porque eles fazem tantas horas como os bombeiros, estão 24 horas no terreno, se fizerem falta estão 48 horas e, então, há aqui alguma coisa que não está certa, porque, se é só para a primeira intervenção e para o rescaldo, então tem de haver um «sistema operativo» que chegue ali e diga: o vosso trabalho acabou, encostai-vos aí ou ide descansar e depois nós chamamos-vos novamente... Porque eu tive-os e muitas vezes vou lá levar-lhes comer, porque estão no terreno 24 horas, ou 48 horas, as vezes que fazem falta...!

Depois temos a questão dos equipamentos. Zero! A atuação da ICNF? Nula! Para que é que serve? Para fiscalizar se eles, realmente, têm moto-roçadoras, mas quem teve de as comprar foram os baldios; para fiscalizar se os *jeep* funcionam, mas quem teve de os arranjar foram os baldios; para fiscalizar se estão bem vestidos, mas quem teve de lhes comprar a roupa foram os baldios...

Portanto, o que interessa ali é ver se estão cinco pessoas, porque se tiverem hipótese cortam no financiamento — foi o que me fizeram a mim —, mas se o *jeep* avariar eu tenho de o arranjar, porque, senão, a equipa fica inapta.

Depois, há ainda uma outra situação: para fazer prevenção eu tenho de ter meios e nós pusemos meios no terreno, nós temos diariamente um trator a trabalhar no monte, que gasta uma média de 100 litros de gasóleo normal, porque não podemos usar gasóleo agrícola... E porque é que não se pode usar gasóleo agrícola? — pergunto eu. Porque é que a lei não prevê que os *jeeps* dos sapadores florestais ou os tratores que estão a trabalhar em prol dos sapadores florestais ou das florestas, ou qualquer outra máquina que trabalhe em prol das florestas, não pode usar gasóleo agrícola? Os agricultores também o pode usar, então porque é que não o podem usar os

sapadores florestais? É que só em gásóleo gasto perto de 30 000 €/ano! Porque há um incêndio florestal, ponho lá um trator de 120 cv no monte com uma cisterna de 8000 litros para eles poderem combater o incêndio, porque não é com 400 litros que eles vão resolver o problema... Mas tenho de lhe meter gásóleo normal, porque, se me apanham com gásóleo agrícola, estou desgraçado, vai tudo preso...!

Na questão dos incêndios florestais, como disse no início, a base é a prevenção. Prevenção, prevenção e prevenção! Não vale a pena termos muitos helicópteros, muitos aviões e muitas corporações de bombeiros se o monte está todo sujo, se tem mato de 2 metros de altura, certamente, não vão resolver o problema, ou, quando lá chegarem, já aquilo está tudo ardido!

Enquanto não houver prevenção, enquanto não houver limpeza da floresta, enquanto não houver ordenamento da floresta... Atualmente, o que se vê é uma faixa de pinhal, que depois ardeu e tal... Tem de haver folhosas para cortar as faixas de incêndio...

Atualmente, as nossas florestas estão desgovernadas, não têm um plano de ação, não têm um plano de orientação e isso é essencial, por isso estarmos a falar de incêndios florestais, estarmos a falar de como é que podemos prevenir os incêndios florestais... Bom, a prevenção faz-se limpando as florestas, só assim é que se conseguem prevenir os incêndios florestais. Não é com a pastorícia, não é com helicópteros que vamos resolver o problema; é no terreno haver equipas de sapadores florestais, equipas de pessoas e por que não muitas das que estão a receber os rendimentos sociais, que podem trabalhar e que têm saúde para trabalhar?... Porque não meter essas pessoas ao serviço da comunidade?

Sobre a questão dos guardas florestais é o que já falei... Enquanto havia as equipas, havia prevenção, havia atividade florestal, mas penso que

neste momento não são os guardas florestais que vão resolver o problema, pois quem quiser pegar fogo, se os montes estiverem sujos, vai com o guarda, vão com quem lá estiver e não é isso que vai resolver o problema!

Sobre a sustentabilidade da gestão dos baldios, nós, com muito esforço, como eu digo, para termos estes meios todos ao serviço gastamos muito dinheiro — felizmente, temos a energia eólica que nos vai dando algum suporte e alguma ajuda para podermos sustentar essas despesas.

Por outro lado, o envelhecimento da população é normal; não é por termos baldios ou por não termos baldios que isto acontece! Isto acontece porque é a lei da vida e as pessoas que antigamente tinham 10 ou 8 filhos hoje têm 1 e o que era há 30 anos vai diminuindo e vamos chegar ao ponto de haver muitos lugares que estão desertos e de haver freguesias que têm menos população, mas isso é normalíssimo.

Sobre as indústrias extrativas, creio que elas não são nenhum problema para os incêndios — aliás, a indústria extrativa, se for ordenada e se tiver uma sustentabilidade, até é uma ajuda para combater as despesas que há com a limpeza dos baldios.

Na cogestão já referi que não faz qualquer sentido. Os baldios devem ser entregues às freguesias, aos proprietários do terreno. O terreno é das freguesias, não é do Estado. O Estado não intervém, só serve para vender madeira, e, como disse o colega, nós sabemos vender madeira, às vezes até somos capazes de a vender mais caro.

Penso que, basicamente, é isto que quero dizer-vos. Se quiserem colocar alguma questão, estarei disponível para responder.

O Sr. Coordenador: — Tem agora a palavra o Sr. Armando Alves.

O Sr. Armando Alves (Representante dos Baldios de Merufe): — Srs. Deputados, acho que o grande problema dos baldios é precisamente a cogestão, que não existe, que deixou há muitos anos de existir.

Recordo que os baldios de Merufe, com a área que representam, têm três casas florestais, e estão as três abandonadas; os guardas florestais desapareceram, as brigadas florestais desapareceram. Eram pessoas que estavam a trabalhar no baldio todos os dias, pelo menos sabia-se que lá andavam. Os pastores iam para o monte, levavam os seus rebanhos e estavam lá permanentemente.

Outro grande problema, no meu entender, é a pastorícia. Temos de dizer a verdade: os senhores que têm o gado mandam-no para os montes e recebem o subsídio a que têm direito; depois, porque arde — se calhar, são eles que pegam fogo —, não têm prados para alimentar os animais e recebem um apoio para isso; e quando o gado morre à fome até são capazes de dar para lá umas facadas, dizem que foi o lobo que o matou e têm outro subsídio! É assim que isto está! É assim que se vive!... O grande problema está aí! Temos de dizer qual é a realidade, e a realidade é esta: eles recebem porque o gado morre, porque foi o lobo que o matou. Vai lá o «senhor do lobo» e pagam o subsídio por causa do lobo. Acho que levam tempo para pagarem, mas pagam!...

O problema passa, então, pela cogestão, que não existe, que há já muitos anos desapareceu, deixou de existir. No início dos anos 70, quando surgiu a cogestão das áreas baldias, das alíneas *a)* e *b)*, na altura não havia outra hipótese, não havia nenhuma hipótese. E hoje poucas há, a não ser os poucos rendimentos que vêm dos eólicos, embora parte dos rendimentos vá para as câmaras, que também levam a sua parte e que é superior à das juntas de freguesia ou dos conselhos diretivos, e, para além disso, os rendimentos das pedreiras e dos inertes.

Os grandes problemas fundamentais são estes, não são outros.

Quanto ao combate aos incêndios, este combate tem ser feito, realmente, com a prevenção, com o apoio aos sapadores florestais. Eles é que precisam de ter apoio. Aliás, o Estado já cortou, há uns bons anos, metade da verba que lhes dava, os *jeeps* andam aí a cair aos pedaços, e se não fosse a comissão de compartes dos baldios a pagar já há muitos anos tinham deixado de existir. Não faz sentido serem eles a fazerem só a primeira intervenção e depois o rescaldo. Se calhar, um dos grandes problemas deste País, inclusive no que diz respeito às mortes que ocorreram, tem a ver com isso.

Ninguém melhor do que os sapadores florestais conhece o terreno. Eles andam lá todos os dias, conhecem o terreno de dia e de noite. Já constatei isso! Andavam eles melhor às escuras do que eu de dia. É verdade! E constatei isso, várias vezes, em incêndios em Merufe. Até ficava admirado e assustado por eles andarem como andavam.

E preocupam-se mais do que ninguém porquê? Andam no terreno, todos os dias, a limpar, e se alguém sofre por ver arder uma coisa que limpou são os sapadores. Depois de tanto trabalho que tiveram, de repente aparece um incêndio e vai tudo à frente — vai pelo chão, pelas copas, vai de qualquer maneira...

A intervenção dos bombeiros, a intervenção dos mecanismos de combate ao incêndio demora sempre algum tempo; outras vezes não podem ir porque estão ocupados, os bombeiros também andam a toda hora.

Portanto, penso que ter-se-ia de lhes dar muito mais realce, muito mais importância e, se calhar, os próprios sapadores, nos seus terrenos, nas áreas onde intervêm, indicarem como se deve combater, como se deve andar por lá. Assim evitar-se-iam, se calhar, alguns problemas que têm acontecido.

Penso que, neste momento, a questão florestal passa muito por aquilo que referi: a gestão própria tem de ser gestão própria, as freguesias têm ser os gestores dos baldios; passa pelo apoio aos sapadores e pela prevenção; e passa por um outro aspeto problemático, que tem a ver com a pastorícia e a cogestão.

Fundamentalmente, meus amigos, estão esgotados os problemas. Parece-me que foi também isto que disseram os representantes dos baldios de Ansiães, o presidente dos baldios de Merufe, e esperemos que o digam também os nossos amigos. No fundo, parece-me que o grande problema é este, e é sobre ele que os Srs. Deputados vão ter o cuidado e o trabalho de se debruçarem. Essa é a vossa parte.

O Sr. Coordenador: — Passo agora a palavra aos Srs. Representantes dos Baldios de Carvalhal da Mulher, a quem peço que se identifiquem.

O Sr. António Nogueira de Matos (Representante dos Baldios de Carvalhal da Mulher): — O meu nome é António Nogueira de Matos, representante dos Baldios de Carvalhal da Mulher, e quero indicar que vamos fazer duas curtas intervenções.

Começando pelas matérias de fundo, a questão, para nós, não é legislativa, em termos de lei dos incêndios, porque consideramos que a legislação que existe, e que foi aprovada pelos Deputados desta Assembleia e pelo Governo, é suficiente, é uma boa legislação e é adequada, o problema de fundo é que a mesma não é implementada no terreno.

O meu colega deu o exemplo dos planos de utilização de baldios (PUB). Efetuámos 99 PUB no distrito de Viseu e nenhum foi de iniciativa do Governo, mas o que está na lei é que são de iniciativa governamental.

No que respeita à gestão dos baldios no distrito de Viseu — o meu colega falará sobre a questão de Carvalhal da Mulher —, há cerca de 170 baldios geridos diretamente pelas assembleias de compartes e por conselhos diretivos e perto de uma centena são geridos pelas juntas de freguesia, também com assembleias de compartes.

Consideramos que o problema não está no facto de a legislação ser desadequada ou não. A legislação tem-se revelado correta, «não é por aí que o gato tem vindo às filhoses», o que tem «vindo às filhoses», como já aqui foi referido e repetimos, é a questão da cogestão. O ICNF não está no terreno há muito tempo, portanto, a cogestão, na prática, não existe — só aparece quando se coloca a questão, como também aqui foi dito, da venda de madeira; tirando isso, está fora, não aparece.

De qualquer forma, queria chamar atenção para o seguinte: há concelhos neste País onde não há incêndios há mais de 20 anos. Concretamente, no distrito de Viseu, há um desses casos, o concelho de Mortágua, onde não há incêndios há mais 20 anos (pelo menos, não há grandes incêndios, há pequenos incêndios). Conviria estudar essa experiência e perceber o porquê.

O retrato que fazemos é que esta questão tem a ver com o interesse das populações e com aquilo que aqui focado, que é a sustentabilidade dos baldios. É o interesse das populações! Se as populações estiverem interessadas garanto-vos que não há incêndios. O problema não é da pastorícia, ou da agricultura, ou disto, daquilo ou daqueloutro. Como referiu o colega que falou anteriormente, a questão é os sapadores, as pessoas que estão no terreno — não é preciso serem os sapadores — sentirem que isso é importante para elas do ponto de vista económico, que isso é significativo, que isso lhes traz algum rendimento.

Por outro lado, os baldios são muito diversificados. Falamos num distrito onde há centenas de baldios, portanto, os baldios são muito diversificados — há baldios que não têm floresta, há baldios que só têm indústria extrativa e que são altamente rentáveis, altíssimamente rentáveis. Há baldios neste País que têm dezenas de milhares de euros de lucro mensal, e não é com a floresta. Quero com isto dizer que não podemos generalizar as situações, que cada caso é um caso.

Sobre a questão que aqui nos traz, os incêndios, há que ter a seguinte ideia: independentemente do caso concreto onde o nosso baldio está inserido — o Sr. António da Anunciação falará mais em pormenor sobre isso —, independentemente de baldios, independentemente da limpeza, que havia, a serra do Caramulo ardeu toda! O fogo passou autoestradas, passou tudo e mais alguma coisa! Ardeu toda! De um lado, do outro, primeiro, depois... E por razões que certamente não vão ser aqui discutidas. Por exemplo, na avaliação que fazemos, não é despiciente o facto de ter sido substituído o coordenador da proteção civil distrital mesmo em cima dos acontecimentos, creio que é uma experiência a não repetir. De resto, julgo que no distrito de Vila Real se passou exatamente o mesmo.

Portanto, não é em maio, não é no início da época — digo eu, que não sou gestor dessa área! —, que se alteram dois aspetos essenciais do combate aos fogos (já estamos a falar do combate e daquilo que foi feito).

Quero, assim, dizer que se não há prevenção... Volto a dizer que, em nossa opinião, a legislação florestal tem é de ser cumprida. Pode haver ajustes, evidentemente, porque é sempre possível melhorar, mas não é por isso que as coisas se prendem.

Quanto ao abandono do mundo rural, e no que respeita à questão dos baldios, em Viseu assistimos a um movimento contrário àquele que aqui foi referido, ou seja, a extinção de freguesias levou a que um conjunto

significativo de várias de dezenas de baldios esteja a sair das juntas de freguesia para os conselhos diretivos, para a assembleia de compartes, até por iniciativa das próprias ex-juntas, digamos assim.

Sobre a questão concreta do fogo do Caramulo, creio que o Sr. António da Anunciação poderá ser mais específico.

O Sr. Coordenador: — Tem, então, a palavra o Sr. António da Anunciação.

O Sr. António da Anunciação (Representante dos Baldios de Carvalhal da Mulher): — Bom-dia, Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Na nossa área ardeu tudo; ficaram cerca de 50 m de área por arder em volta da povoação, de resto foi tudo. Ainda há uns dois anos gastámos cerca de 12 000 € em limpeza dos acessos, mas não valeu de nada, ardeu tudo na mesma. Precisávamos de mais acessos, mas já temos alguns, que já permitiam orientar a questão dos incêndios.

Os baldios é que nos dão alguma coisa, porque nós, que estamos reformados, temos pensões de mais ou menos 300 € Ora, se não fossem os baldios... Todos nós temos umas cabritas, uns animais, arranjam uns terrenos... Não sendo à base dos baldios, o que é vamos fazer? A reforma não dá para nada! Temos de pagar os nossos impostos... Só não pagamos a água, de resto temos de pagar tudo.

Depois, também há pessoas que tinham emprego e que de uma hora para a outra perdem o emprego. Vão para onde? Vão para o desemprego. Mas só isso não dá, é pouco, por isso arranjam também uns animaizitos, umas cabras, e vão para a serra. A parte da serra era para onde ia o gado, e na parte de baixo, encostada a Santiago de Besteiros, no Vale de Besteiros, tínhamos a floresta, que ardeu toda. Já fizemos algum dinheiro, tivemos de

vender a floresta. Agora, quantos anos demora um pinheiro a tornar a dar alguma coisa?

Houve incêndios quase todos os anos! Primeiro, tínhamos pinhal com mais de 100 anos e nunca lá entrou fogo nenhum, agora acontece quase todos os anos. Ainda há dois anos houve um grande incêndio na serra e no ano passado houve outro. A mim e à minha mulher, que vivemos sozinhos, o que nos vale é algum gado que temos e que sempre nos dá algum rendimento. Só ficou um bocadinho por arder, ao pé de uma eólica; de resto foi tudo, ficámos sem nada.

Portanto, acho que a Lei dos Baldios está bem como está, porque ao menos dá movimento. A povoação já está a ficar com idade, mas não se sabe o dia de amanhã. Os empregos cada vez são menos e o pessoal tem de fazer alguma coisa, por isso vai-se entretendo com os animais, e assim se vai vivendo.

O Sr. Coordenador: — Tem a palavra o Sr. Clarindo Jorge Marques.

O Sr. Clarindo Jorge Marques (Representante dos Baldios de Carvalhal da Mulher): — Chamo-me Clarindo Jorge Marques, e sou presidente dos compartes.

Srs. Deputados, gostaria de fazer uma outra sugestão.

A Proteção Civil andou na nossa zona quando lá estava o fogo, e a Proteção Civil só veio estragar... Porquê? Porque a Proteção Civil não deixava atuar os bombeiros como devia ser. O lume andava perto dos pés deles? A Proteção Civil não deixava. Não deixava chegar um contrafogo para atenuar o fogo! Nada!

Ao cabo e ao resto, a Proteção Civil estragou tudo. Se os bombeiros ultrapassassem as medidas que lhes dava a Proteção Civil eram castigados

— mal! Nesse incêndio morreram duas raparigas e dois homens, e porquê? Por causa da Proteção Civil, porque a Proteção Civil não conhecia o terreno — então para que mandou aquelas pessoas para sítios onde não se podiam safar nem podiam sair? Os indicados para isso eram os bombeiros mais próximos, que conheciam o terreno ou os sapadores. Não senhor, vai a Proteção Civil, não deixava ninguém, eles é que mandavam... Andavam ali os bombeiros, estavam lá no Carvalhal da Mulher, estavam lá mais de 20 corporações de todo o lado do País. Só que eles não saíam ali da estrada, porque a Proteção Civil não os deixava atuar. Então, o que é que lá estavam a fazer? Meteram aqueles bombeiros para sítios com floresta por todo o lado, não tinham acesso por estrada para saírem dali, o que lhes aconteceu foi que morreram ali abafados.

Uma rapariga de 23 anos, que era daqui, na véspera tinha estado até na minha casa, demos-lhe lá uma sopazita, e a rapariga toda contente..., ao outro dia: tumba! A Proteção Civil mandou: «Tem que ir para este lado assim...», lá por uns mapas que eles entendem... Foram para lá. Não se puderam safar de lá, ali tiveram que acabar com a vida.

Outros, em Santiago de Besteiros, igual, a mesma coisa.

Por isso mesmo, eu achava..., estou de acordo, sim senhor, se se tornar a repetir uma situação daquelas, a Proteção Civil não atuava ali, atuavam os bombeiros mais próximos, que conhecem o terreno, ou os sapadores, porque não se davam aquelas situações de ficarem lá quatro pessoas sem a vida. E destroçou ali milhares e milhares de hectares, tínhamos lá essa floresta. Antigamente, estavam lá os guardas florestais, tomavam conta daquilo, mesmo de noite tinha vigilância... nunca lá andou o fogo. Agora morreu o que era o autor ou o guarda-florestal de Santiago de Besteiros, essa floresta, que era um património do Caramulo..., não ficou lá nada, foi tudo... Porquê? Por má orientação! Agora se forem ao

Caramulo, vocês vejam só a situação que ali se encontra: veem tudo negro, o fogo destróçou tudo. Porque se não fosse a Proteção Civil, alguma coisa ardia, mas não ardia nem metade, porque nós tínhamos lá corporações de bombeiros que chegavam mais de 4 km, daqui, de Barcarena, de Lisboa, de Leiria, de tudo, por aí fora... E a Proteção Civil não deixava atuar, instalou-se ali ao pé da nossa aldeia, do Carvalhal da Mulher — parecia ali uma colónia de estágio!... Não deixavam sair os bombeiros sem autorização deles, mesmo ali ao pé e os bombeiros ali e não os deixavam atuar...isto é incompreensível! Eu não achava que isso fosse adequado!

Por exemplo, lá, a pastorícia não é como é nalguns lados: é uma pequena quantia de pastorícia e os animais que lá estão, andam cuidados pelas pessoas, não andam ao abandono, por aí fora, a ir para a floresta, ou ir para aqui, ou para ali. Não senhor, vai uma pessoa com eles mas não ultrapassam medidas. Agora, como estes senhores disseram aqui, que lá a pastorícia era ao abandono..., mas lá também há grandes quantidades, coisa que ali não há. E, pronto, por mim é tudo...

O Sr. Coordenador: — Muito obrigado.

O Sr. Clarindo José João: — Outra coisa que também tínhamos, que nós na nossa aldeia não temos um meio de transporte, não temos um trator nem nada, se quisermos ir aqui ou ali. Eu acho que também era adequado se a gente tivesse um trator, que ainda íamos aqui ou além, dar um jeito nisto ou naquilo...

O Sr. Coordenador: — Muito obrigado.

Algum dos senhores quer acrescentar mais alguma coisa?

O Sr. Armando Alves: — Sr. Vice-Presidente, só uma coisa...

O Sr. Coordenador: — Faça favor.

O Sr. Armando Alves: — Quando me referi à pastorícia, era à que é feita em grandes dimensões, não em pequenas quantidades, estou a referir-me a gado nos montes, superior a 100 cabeças de gado..., não ao pequeno rebanho de ovelhas ou de cabras — esses sim, as pessoas levam e vão com eles, acompanham-nos. Ou então quem tem quatro ou cinco vacas também vai, também acompanha. O grande problema é quem tem 50, 100, 150 ou 200 vacas, que lá existem vários casos desses. Esse é que é o problema, não são os pequenos, esses não.

O Sr. Coordenador: — Muito obrigado.

O Sr. Joaquim Arménio Miranda: — Se me permite ...

O Sr. Coordenador: — Faça favor.

O Sr. Joaquim Arménio Miranda: — Duas questões: a primeira é para concordar que, realmente, os sapadores florestais deveriam ter acesso ao gasóleo verde — seria uma ajuda; a segunda é para dizer que no que respeita ao combate aos incêndios também concordo que os comandantes operacionais, muitas vezes, não conhecem o terreno e podem dar ordens erradas. Já me aconteceu, em incêndios que presenciei, ter equipas de bombeiros paradas no terreno, com equipamento, com viaturas carregadas de água, com o incêndio quase a lambar-lhes as botas e eu perguntar-lhes:

«Os senhores, o que estão a fazer?» E eles dizem: «Estamos à espera de ordens».

Bom, isto são coisas complicadas e que não deveriam acontecer, porque as pessoas estão longe, o comando, às vezes, está longe das frentes que estão a ocorrer e as pessoas, pura e simplesmente... «Estamos à espera de ordens», e ninguém lhes dá ordens, porque as pessoas, realmente, não conhecem o terreno. Eu pergunto, por exemplo: o que vai fazer um comando de Leixões para um incêndio no Marão? Não conhece, pura e simplesmente, o terreno e, portanto, anda ali às apalpadelas... E ou tem alguém que lhe indica e que lhe diz por onde é que deve ir, senão ele não sabe por onde é que deve expor o pessoal. Portanto, acho que aqui alguma coisa terá que ser mudada.

O Sr. Coordenador: — Muito obrigado a todos pelo vosso contributo, pela vossa ajuda e queria dizer-vos que tenho todo o gosto em convidá-los para almoçar no refeitório. Haverá aqui um Sr. Colaborador, nosso funcionário, Sr. Assessor, que irá acompanhar-vos, se nos derem esse gosto.

Da nossa parte, estão terminados os nossos trabalhos por hoje.

Eram 13 horas e 7 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.